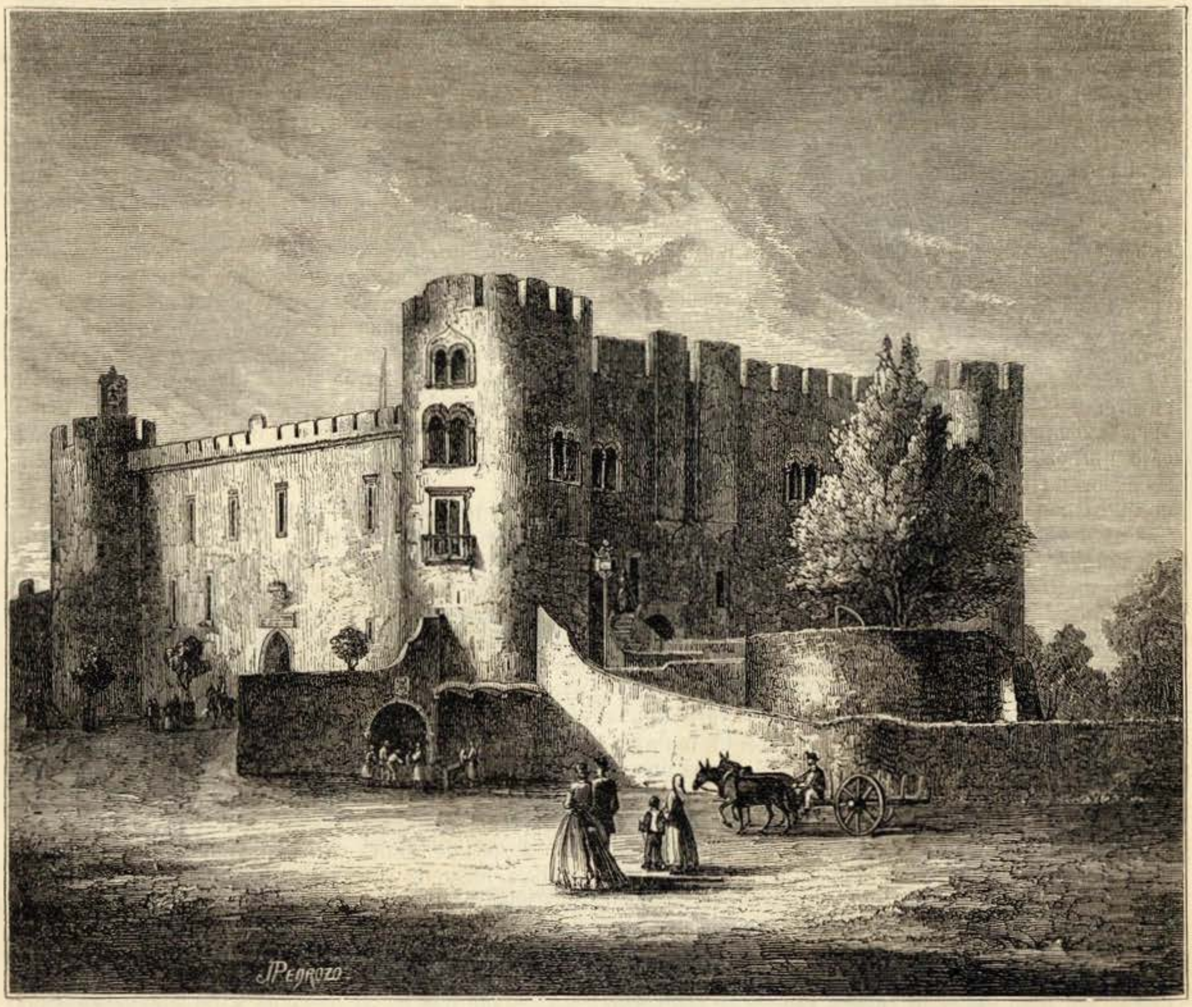


Castello de Alvito, na villa d'este nome, e pertencente ao sr. marquez do mesmo titulo

I

Portugal nunca figurou entre os paizes mais celebrados pela grandeza e magnificencia das suas residencias feudaes. Obstaram a isso, não a pequenez do seu territorio, nem a exiguidade dos seus recursos, mas sim outras razões que vamos indicar.

Poremos á frente de todas a de que o systema feudal n'esta boa terra portugueza não teve a organisação que apresentava n'outros paizes da Europa. Oppunham-se tanto a essa organisação, entre nós, as liberdades que usufruiu o povo desde a fundação da monarchia, que bem se póde dizer que o feudalismo, no rigor da palavra, não foi conhecido dos portuguezes.

Em quanto que n'outros paizes, e nomeadamente na França, na Inglaterra e na Allemanha, os principaes castellos feudaes foram edificados ou augmentados e fortalecidos para servirem de ponto de apoio aos principes e fidalgos nas querelas e rixas sanguinolentas que a miudo rebentavam entre si, e nas rebelliões e luctas encarniçadas que muitas vezes sustentavam, por ambição ou vingança, contra o seu soberano; em Portugal taes fortalezas não tiveram outra origem, nem serviram a outro fim, com raras excepções, que não fosse a defensa da patria contra a aggressão dos estranhos.

Não queremos occultar que alguns exemplos aponta a nossa historia de castellos feudaes, isto é, de propriedade particular, sitiados e tomados á viva força em resultado dos odios de duas ou mais familias poderosas; mas esses casos foram tão poucos, que constituem essa rara excepção a que alludimos.

Das fortalezas que tomaram partido contra o monarcha ou contra o povo nas discordias civis que em differentes eras agitaram este reino, d'essas não fallámos, porque não eram castellos particulares, mas sim do rei, que n'elles punha alcaides encarregados simplesmente da sua conservação e defensa.

A segunda razão consiste, a nosso ver, em não ter existido n'este reino, até aos fins do seculo XIV, familia alguma tão opulenta e poderosa que tentasse edificar para sua residencia e defensa uma d'essas habitações esplendidas e guerreiras, que a arte guarnecia de variados ornamentos, e a tactica militar flanqueava de torres e coroava de ameias, ao mesmo tempo palacio e fortaleza, como as que se espelham nas aguas do Rheno, ou campeiam em outros paizes erguidas sobre throno de rochas.

A terceira razão facilmente se encontrará na simplicidade do viver dos nossos antepassados, mórmente até áquella era em que os proprios soberanos, não obstante o apparatoso estado que os acompanhava em publico, viviam modestamente em pequenos palacios,

nos quaes só tinham aposento, além das pessoas reaes, os criados absolutamente indispensaveis ao seu serviço particular.

No reinado dos nossos primeiros monarchas, os solares das mais illustres familias limitavam-se, em geral, a uma torre quadrangular, de cantaria, coroada de ameias, com dois pavimentos, e raras vezes com tres. Quem viaja pela provincia do Minho encontra a cada passo algumas d'essas toscas edificações, que nos estão retratando, como se foram espelhos, a vida singela e frugal dos seus antigos senhores.

Depois que estes costumes se começaram a modificar, o primeiro fidalgo que se estremou de todos pelas immensas riquezas que accumulou, e que se elevou acima de toda a nobreza de Portugal pela auctoridade dos seus cargos e privança do rei, e pelo avultado numero de terras, de castellos e de vassallos que o reconheciam por senhor, foi o condestavel D. Nuno Alvares Pereira (fim do seculo XIV). Este podia construir um palacio acastellado que não tivesse que invejar aos mais soberbos que o feudalismo erigiu por essa Europa. Bem o poderia ter feito, se quizesse, o fundador do convento do Carmo de Lisboa; o varão ousado em todo o genero de emprezas, que achou dinheiro sufficiente nos seus cofres, e força bastante no seu animo, para levantar pela terceira vez, depois de se ter alluido por duas vezes, a capella-mor d'esse grandioso templo consagrado á recordação da victoria de Aljubarrota. Porém o heroe da independencia da patria preferiu ás vaidades do mundo dar testimunho solemne dos seus sentimentos religiosos. Assim, pois, em quanto dispendia com mão larga, entre outras obras de piedade, na fundação do convento, onde havia de ir occultar os seus loiros, para viver na obscuridade e na devoção os ultimos annos da sua vida, edificava mesquinha habitação para si e para sua familia no limitado castello de Villa Viçosa, tambem obra sua, e que mostra ser fabricado por quem pensava mais em defendel-o com os braços, fazendo do peito muralha, que com o auxilio da valentia dos muros e da altura dos baluartes.

Das riquezas e senhorios do condestavel foram herdeiros sua filha unica, D. Brites Pereira, e seu genro D. Affonso, conde de Barcellos, filho natural del-rei D. João I, e ao diante primeiro duque de Bragança. Este principe, cujo animo ambicioso e turbulento foi o principal motor das discordias que levaram por fim, mau grado d'elle, a desditosa viuva del-rei D. Duarte, D. Leonor de Aragão, a ir morrer em grande pobreza longe de seus filhos, e em terra estranha; este principe, cujo coração vingativo foi o verdadeiro auctor da lucta fratricida que poz termo á existencia de dois homens por tantos titulos illustres e benemeritos da patria [1]; esse principe, dizemos, viu, no longo curso de mais de noventa annos da sua vida, tão accrescentada a herança do condestavel, que legou a seu filho D. Fernando, primeiro do nome e segundo duque de Bragança, a maior casa que tem havido em Portugal depois da dos seus reis. E casa foi tão opulenta em bens, tão poderosa pelo numero de senhorios e de vassallos, e tão auctorisada pelas honras, privilegios e prerogativas que desfructava, que nenhuma casa, não soberana, houve na Europa que a egualasse na riqueza e no poder [2].

Portanto, o duque de Bragança, D. Affonso, achava-se nas circunstancias de fundar um castello para sua residencia como os mais grandiosos da Europa. Incitava-o a essa empreza o seu genio inquieto e intrigante, que por força lhe havia de fazer conhecer a necessidade de possuir uma boa fortaleza, onde se podesse defender, em caso extremo, contra os seus numerosos inimigos. Sobravam-lhe meios para a obra, por mais largas que désse á traça. Não lhe faltavam artistas de subido engenho, de que é prova o monumento da Batalha. E até lhe era tão propicia a quadra, que nunca em nosso paiz se vira, desde a acclamação do seu primeiro rei, outra epocha mais favoravel, que a de D. Affonso V, ao desenvolvimento do feudalismo. Este monarcha foi por tal modo prodigo dos bens e privilegios da coroa em favor dos fidalgos, que, se não morresse aos 45 annos de edade, nada teria que deixar ao seu successor mais que um throno empobrecido e um sceptro dependente dos caprichos da nobreza.

O duque D. Affonso edificou, não ha dúvida, castellos para sua habitação, e com todas as condições de uma verdadeira fortaleza; porém em todas essas construcções foi modesto, quer na architectura exterior do castello, quer na grandeza e ornamentação dos paços. Mas não se cuide que essa modestia foi virtude sua; era virtude dos costumes publicos, que ainda não consentiam o luxo em edificios, interna ou externamente, que não fossem consagrados ao culto divino.

N'esse reinado, pois, não foi só o duque de Bragança que fundou castellos, outros fidalgos tambem, a exemplo seu, os construiram.

Todavia, apenas se escondeu no seu occaso o sol que vivificára e abrilhantára o feudalismo renascente, ennublou-se o horisonte, e rebentou a tempestade que derrocou e confundiu no pó das instituições caducas essa que nunca achára entre os portuguezes solida base em que se firmasse.

A subida de D. João II ao throno foi como o relampago prenuncio da tormenta. A nova forma das menagens, que por ordem del-rei lhes deviam ser prestadas pelos senhores dos castellos, foi o primeiro raio despedido contra o feudalismo, que, ao cabo de baldada lucta, lá succumbiu juntamente com os seus dois chefes, D. Fernando, segundo do nome e terceiro duque de Bragança, e D. Diogo, duque de Vizeu, ambos cunhados del-rei D. João II, o primeiro degolado na praça de Elvas, em publico cadafalso; o segundo apunhalado nos paços reaes de Setubal pelas proprias mãos do soberano.

Depois d'esta victoria do poder real, não cremos que a nobreza edificasse n'este reino mais alguma d'essas residencias ao mesmo tempo palacio e fortaleza.

Não é crivel que consentisse em tal o reformador, que tantos perigos corrêra na lucta que tão corajosamente sustentou com o poder aristocratico, então poderosissimo. Depois da sua morte vieram os descobrimentos da India e do Brazil dar novo rumo ás idéas, novo alvo aos interesses dos nobres e dos populares, novas bases e novas leis á civilisação.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.

1 O infante D. Pedro, duque de Coimbra, irmão natural do duque de Bragança; e D. Alvaro Vaz de Almada, conde de Abranches, mortos na batalha de Alfarrobeira no dia 20 de maio de 1449.

2 Vid. pag. 33 e 47 do vol. IV.

O INFANTE D. HENRIQUE

(Vid. pag. 98)

VIII

Entrámos, finalmente, em novo campo, no qual o filho de D. João I não conhece emulo nem competidor. Alludimos aos descobrimentos maritimos, brazão invejado do seculo XV, gloria immortal do principe, que, para o intentar, luctou com opposições e obstaculos de toda a especie, conseguindo leval-o tão longe em seus dias, que deixou aberto o caminho aos navegadores de D. João II, e as portas do Oriente entrecerradas, para Vasco da Gama e D. Manuel, mais felizes, as devassarem depois.

Foram só do infante o risco e a execução do projecto. Nenhum soberano, nenhum particular o precedeu ou acompanhou no começo, e nunca proposito audacioso nasceu de principios menos elevados. Mesmo depois do descobrimento de Porto Santo e da Madeira tudo parecia contrariar ainda as idéas de D. Henrique; tudo tendia a desanimar a sua constancia. As murmurações e a contradicção redobravam. Os maus resultados por muitos annos deram razão aos que arguiam de vã e de perigosa a carreira que mandava romper a suas velas. Os mais doutos e avisados estranhavam as novas navegações, tratando-as de chimericas. O povo e as classes menos allumiadas accusavam-n'o quasi de tentar a Deus com ellas.

Contrariedades eram estas para alma menos firme se desalentar, ou para persuasão menos convencida se esmorecer. Mas a luz que o guiava, e que lhe esclarecia o plano a que votára a vida, era luz mui viva e mui alta para se apagar com o sôpro do orgulho humano, ou com o bafo arido do scepticismo das multidões. Escutando com fé admiravel a voz do futuro, encerrado a sós com seus pensamentos longe da côrte e das distracções, fitou os olhos do espirito na immensidade das aguas, que até ao derradeiro suspiro sempre quiz diante da vista como promessa e como incentivo; intrepido, continuou a pisar a estrada que tantos erros e trevas escondia aos engenhos mais cultos do seu tempo.

D. Henrique era ambicioso de louvores. Soube justifical-os. Aquella grande alma achava estreito para seu ardor o pequeno Portugal. No amor viril, em que se desentranhava pela patria, sonhára para ella prosperidades e grandezas, que a fortuna tomou sobre si realisar, mas que nos exordios deviam até figurar-se a elle proprio quasi loucas. Loucura sublime dos homens que se anticipam ao seculo e ás idéas communs, rasgando sós, e muitas vezes escarnecidos, as sendas dolorosas do porvir.

Se compararmos a vastidão dos designios com os meios limitados que podia applicar, mais nos ha de maravilhar ainda o exito. D. Henrique era duque de Vizeu, senhor da Covilhã, e oitavo governador e administrador da ordem de Christo, quando encetou, talvez antes de 1415, suas ousadas navegações. Não possuia mais rendas que as do ducado, as do senhorio da Covilhã, terra já n'esses dias rica, e as do mestrado de Christo, que, aproveitadas com economia, o ajudaram muito. Depois as ilhas achadas por seus capitães e povoadas por elle, e o commercio das costas de Africa, que ia descobrindo, soccorreram-n'o com bons lucros, mas esses mesmos foram sempre inferiores aos avanços.

A prova é que em 1449 devia ao duque de Bragança D. Fernando I mais de dezenove mil escudos de oiro, e annos depois, á primeira responsabilidade, accrescia outra quasi egual de dezeseis mil. Parte d'estas dividas pagou-as o sobrinho, o infante D. Fernando, seu filho adoptivo, e o resto acabou de o satisfazer el-rei D. Manuel, sendo ainda duque de Beja. O governo superior de Africa e de Ceuta, que seu pae lhe delegou logo depois da conquista, que D. Duarte lhe conservára, e que Affonso V lhe quiz tambem continuar, ao que parece, se por um lado lhe facilitava informações, buscadas com diligencia, pelo outro, em vez de lhe prestar o menor auxilio pecuniario, havia de custar-lhe grossas quantias em diversas occasiões. Baste lembrarmos a expedição de Tanger e a de Alcacer.

Muitos, arrastados da phantasia, suppozeram inteiramente casuaes e nascidos de lances ditosos os descobrimentos do infante. Para negar a sciencia da sua epocha e repetir com perseverança tentativas infructuosas, dando argumento e ousadia aos detractores da empreza, D. Henrique obedecia a razões solidas, e não se entregava, como visionario, aos impetos cegos de temeraria obstinação. O véo que occultava a verdade não era tão espesso como em geral se cuida. O passado e o presente offereciam ao estudioso paginas esperançosas, que os outros não sabiam ler, mas que homens versados na observação dos factos podiam decifrar, apesar da quasi obscuridade de seus furtivos clarões.

O tratado de Raymundo Lullo, ou Lullio, escripto por fins do seculo XIV, grangeára popularidade na Europa, e não fôra talvez indifferente á resolução da conquista de Ceuta, como o não foi de certo ao cêrco e conquista de Granada, realisados depois, duas cidades musulmanas que o sabio malhorquino denunciára ás armas christãs, como base da nova cruzada aconselhada contra os ismaelitas. D. João I executou a primeira; Fernando e Isabel encarregaram-se mais tarde da segunda; o infante D. Henrique, no meio d'elles, emprehendendo a circumnavegação da Africa, e buscando a communicação com os mares orientaes, tornou-se um dos auxiliares mais efficazes de tão grandioso desenho.

Os escriptos de Lullio eram lidos e commentados na sua patria. A ilha de Malhorca no seculo XIII já se reputava eschola theorica e pratica de navegadores, e seus marinheiros, juntos aos catalães, já haviam talvez montado os promontorios Nam e Bojador antes dos maritimos de Sagres, cujo mestre, segundo se affirma, fôra o malhorquino Jacome, tido em conta de mui douto na arte de navegar, de traçar cartas e de aperfeiçoar os instrumentos nauticos. É provavel que d'elle soubesse o infante D. Henrique as idéas de Raymundo Lullio, se as não alcançára já, e que se confirmasse mais com ellas no proposito de arrancar aos agarenos do Egypto o rendoso commercio da especiaria, alvo e fim de todos os seus esforços. Esta conjectura, que não se nos representa aérea ou leviana, poderia invocar em seu favor a grande auctoridade de Humboldt, e acha-se quasi esboçada em uma das Decadas de João de Barros [1].

Os defensores da sciencia repudiavam sem escrupulo as idéas do infante, capitulando-as de inexequiveis, fundando-se nas antigas preoccupações, não contrariadas ainda pela experiencia, que representavam a zona torrida inhabitavel, e a existencia dos antipodas impossivel. Imaginavam-se medos incriveis para desmaiar o animo dos navegadores. Além do cabo de Nam, aonde a tradição de muitos seculos levantára as ultimas barreiras, estendia-se o mar tenebroso dos arabes, o pelago semeado de perigos e ciladas, o Oceano povoado de monstros, e nunca trilhado das quinas aventurosas. A doutrina dos sabedores e dos livros uniam-se, pois, os terrores da multidão, incapazes elles e ella de apreciar o que havia de grande e de elevado nos pensamentos de D. Henrique, sendo a empreza do filho de D. João I tanto mais admiravel, quanto mais se levantavam para a combater as theorias recebidas, o voto dos homens conceituados de competentes, e os preconceitos populares.

Hipparco de Nicéa negára a juncção dos oceanos Indico e Atlantico, assimilhando-os a immensos lagos. Seguiu-o a eschola de Alexandria, e achou em Ptolomeu um oraculo reverenciado para assegurar quasi foros de axioma á asserção. A este erro, que a auctoridade da eschola tornava inexpugnavel, juntaram-se outros, que não concorreram pouco tambem para cerrar aquelles mares a todas as explorações. Eram as falsas opiniões, derivadas da ignorancia das aguas nunca navegadas, da ignorancia da extensão meridional do continente africano e sua fórma, e, finalmente, da ignorancia da zona torrida habitavel e habitada. Todas ellas, cada qual por seu modo, desmentiam as esperanças do infante, condemnando como absurdas e quasi irreligiosas suas tentativas, porque excediam a

[1] Humboldt. *Ex. Crit.*, I, pag. 283, 284, 288. — Barros. Decada I.

esphera dos conhecimentos da epocha e a medida limitada do entendimento vulgar [1].

Ás noções, geralmente admittidas, D. Henrique sómente podia oppor conjecturas, mas conjecturas que valiam mais do que os suppostos acertos dos censores. Versado nos estudos mathematicos do tempo e na leitura dos antigos e modernos auctores, não concebêra de leve o plano de abrir a nova carreira da India pelo descobrimento dos mares e costas africanas. As antigas cartas, taboas e descripções dos geographos faziam-n'o suppor que a grande massa de aguas que circunda a Africa, banhando-lhe a testa meridional, iria reunir-se com o oceano oriental. As navegações ordenadas por Nechão, rei do Egypto, aos marinheiros phenicios, e as viagens á roda da Africa, narradas por Plinio, auctorisavam com exemplos esta hypothese [2].

Para a fortificar, podia ainda citar a noticia das explorações maritimas dos dois marselhezes Pytheas e Euthymenes, apesar de ser tratada a primeira de fabulosa por Polybio e Strabo. As cruzadas, o commercio com o Oriente, por Alexandria, e as peregrinações por terra, tinham alargado muito as fronteiras da geographia, avivando o gosto e a curiosidade do seu estudo desde meiados, principalmente, do seculo XIV. Todos estes subsidios, auxiliados das proprias reflexões, estimulando a inspiração de um entendimento elevado, determinaram a vocação do principe, e affirmaram em sua indole perseverante uma resolução inabalavel [3].

As causas que moveram o infante, e que o decidiram a dedicar-se todo a esta empreza, encontram-se expostas com clareza no capitulo VII da *Chronica da conquista de Guiné*, por Gomes Eannes de Azurara, e no setimo capitulo da *Chronica do principe D. João*, por Damião de Goes. Ambos attribuem á assidua conversação dos antigos cosmographos o primeiro proposito, e assignam os annos immediatos á tomada de Ceuta como a verdadeira epocha em que elle esboçou seus ensaios. Para os proseguir com maior constancia e de mais perto assentou a residencia em Sagres, no antigo promontorio Sacro, querendo por despertadores constantes os proprios mares que devassava, e fundando alli a povoação depois chamada Villa Nova do Infante [4].

O famoso Luiz de Cadamosto, gentil-homem veneziano, alli se avistou com elle na pequena aldeia da Rapozeira, sitio apartado do tumulto das gentes, e muito proprio, por isso, para contemplações. A habitação usual do principe era, porém, na villa de *Terça Nabal* (Tercena Naval — Sagres). É provavel que se recolhesse á Rapozeira em certos mezes do anno, e que n'aquella casa de campo, mais retirada, descançasse do enfado da obra da edificação de Villa Nova, e das fadigas e cuidados de suas navegações. O governo de Ceuta facilitava-lhe a communicação da Africa, e por via d'ella o trato dos moiros dos portos e do interior, por meio dos quaes ia apurando as noticias, e duvidando ou confirmando o que a lição dos livros e as informações anteriores lhe asseveravam com maior ou menor authenticidade [5].

A protecção e liberdade com que estimulava os progressos nauticos, premiando todos os descobrimentos, attrahia não só os pilotos e praticos malhorquinos e catalães, como alguns geographos e astronomos, convertendo, com o tempo, Sagres quasi em eschola e seminario de estudos e applicações mathematicas. Os primeiros resultados, e a fama dilatada com o successo, convidaram depois á corte scientifica do infante muitos sabedores e mestres de navegação, e alguns estrangeiros illustres de quasi todos os reinos da Europa, desejosos de entrar n'aquelle paço, ou de se offerecerem a seu serviço. Cadamosto, juiz habilitado da capacidade de D. Henrique e da importancia de seus commettimentos, louva-o como unico inventor dos descobrimentos que o maravilhavam, e reputa-o um dos homens mais instruidos da epocha por seus estudos astronomicos. A seu ver, era um principe sinceramente grande pela generosidade do coração e pela elevação e sublimidade do engenho [1].

Perito nas sciencias mathematicas, quanto o comportava o seculo em que viveu, e rodeado de auxiliares notaveis na theoria ou na pratica dos estudos nauticos e cosmographicos, meditando á luz da razão os tratados dos antigos, e discutindo como sabedor e com sabedores o que a experiencia do passado e do presente podia dizer-lhe, o infante, segundo notámos, não intentava este feito novo, arriscado e dispendioso, e não o continuava com tanto ardor, sem motivos solidos, sem tradições escriptas e oraes que o alentassem, sem a quasi certeza, em fim, de feliz exito. O livro de Marco Paulo, dado ao infante D. Pedro em Veneza, o planispherio do veneziano Marino Sanuto, e o antigo mappa, delineado em pergaminho, da bellissima e velha carta trazida do Cathaio pelo celebre viajante, dos quaes D. Henrique alcançára de certo noticia, se não cópia exacta, coadjuvaram muito seguramente seus esforços, allumiando-lhe o caminho, contestando á sciencia vulgar as suas asserções dogmaticas, e negando á doutrina da eschola da Alexandria e de Ptolomeu a auctoridade de oraculos, com espanto da Europa erudita e confusão dos adoradores dos idolos venerados.

Assim, um dos maiores acontecimentos da historia moderna foi concebido e executado, não por cegas resoluções dictadas pelo amor proprio, ou filhas de vaidades levianas, mas em virtude de um plano amadurecido pela reflexão, seguido com lucidez e perseverança. A principal gloria do infante D. Henrique consistiu em ter escutado para seus vastos designios mais ainda a razão e a sciencia, do que o orgulho humano ou esperanças temerarias. Raras vezes se consummam verdadeiros prodigios por outra fórma [2].

(Continúa) REBELLO DA SILVA.

1 Vid. *Memoria sobre a novidade da navegação portugueza no seculo* XV, por Antonio Ribeiro dos Santos. — Tom. VIII das *Memorias de litteratura da academia real das sciencias.* — *Obras completas de Francisco de S. Luiz* (cardeal Saraiva), tom. I. — *Memoria ácerca do infante D. Henrique*, pag. 293 e seguintes.

2 Plinio, liv. II, cap. LXIX.

3 Seneca. *Luest. Natur*, livro IV, cap. II.

4 O promontorio Sacro era o ponto hoje denominado Cabo de S. Vicente. Vid. Gomes Eannes de Azurara. *Chronica da conquista de Guiné*, sobre a villa de Terça Nabal e os trabalhos do infante.

5 Damião de Goes. *Chronica do principe D. João*, cap. VII. — Antonio Ribeiro dos Santos. *Memorias historicas sobre alguns portuguezes e estrangeiros*, etc. — Tom. VIII das *Memorias de litteratura da academia real das sciencias de Lisboa.* — *Navegações de Luiz de Cadamosto.* — *Noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, tom. II.

1 Os mesmos auctores.

2 *Ibidem.*

LOPHIO OU CHIRONECTO MALHADO

Este peixe, de fórma tão exquisita, pertence á familia dos *percoïdas* e ao genero dos *enxarrocos*, de que ha uma especie que se encontra, não em abundancia, no mar em que se lança o Tejo, e que ás vezes se pesca n'este mesmo rio. A esta especie de *enxarroco* chamam-lhe aqui em Lisboa, pelo seu delicado sabor, *frango do mar*.

A especie representada em a nossa gravura habita nos mares da India, da China, do Japão, da Nova Guiné e do Brasil. N'esta ultima região vive solitaria, e apparece mais raramente. Porém nos outros mares que deixámos referidos, e principalmente nos do Japão, vive em sociedade, não só com os individuos da mesma especie, mas tambem com os das especies pequenas da familia dos *gobioidas*.

Os naturalistas tem-lhe dado diversas denominações. Primeiramente designaram-n'a scientificamente, entre outros nomes, com os de *lophius raninus* e *lophius histrion*. Depois, separando-a d'esta especie, denomi-

naram-n'a *chironectus marmoratus*, que quer dizer chironecto com manchas imitando marmore.

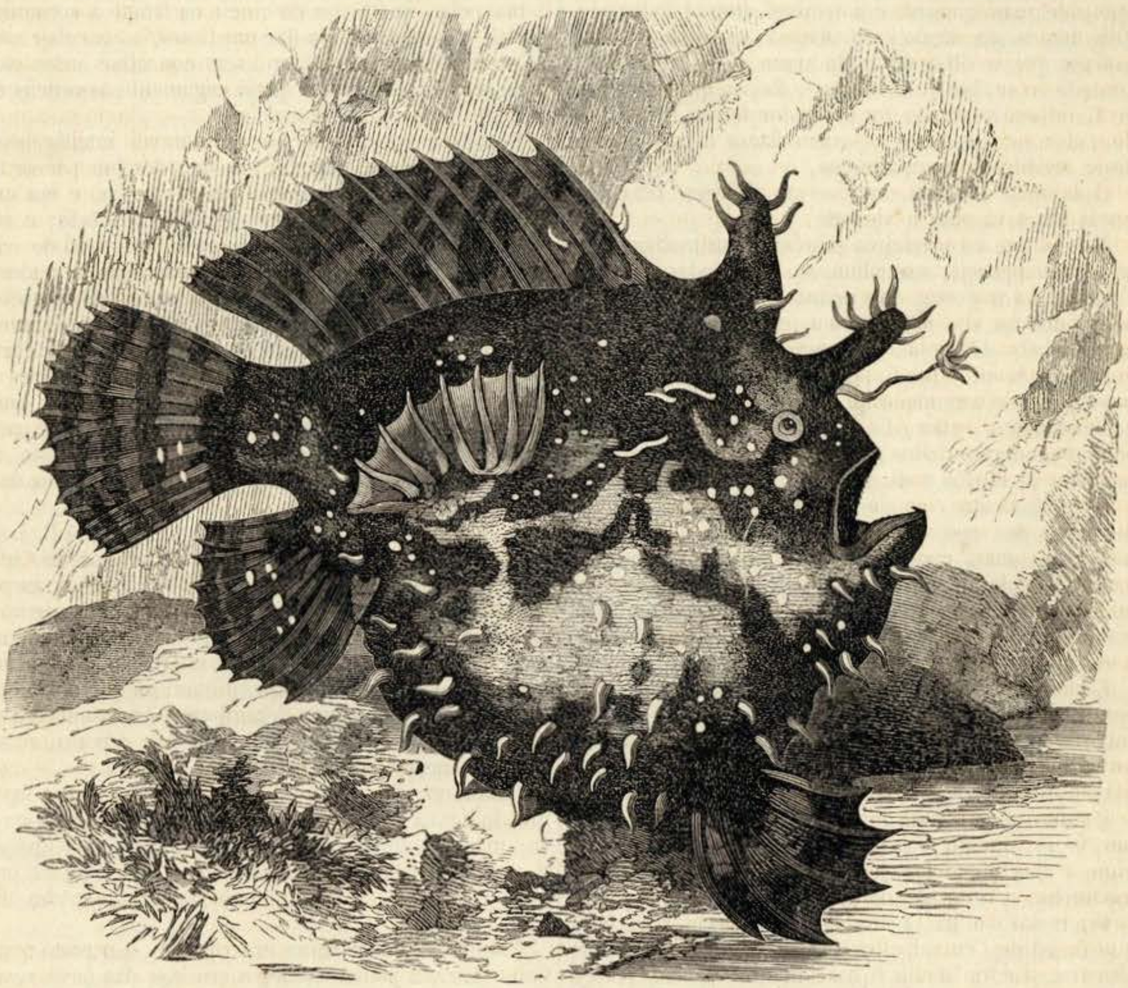
Este peixe tem ordinariamente nove ou dez pollegadas de comprimento. No dorso é de um vivo amarello; nos lados do ventre de um pardo claro, que passa a mais escuro na parte inferior. Todo o corpo é eriçado de uns, na apparencia, como espinhos, mas que são carnosos e moles. A pelle é pintada com listas e malhas, que se estendem tambem pelas barbatanas, e que são todas de côr parda, mais carregada onde a côr da pelle é mais escura.

Tem os dentes mui finos, e guarnecidos de duas mandibulas; e a boca rodeada de barbilhões. As suas barbatanas jugulares tem alguma similhança com as mãos do homem.

Move com extraordinaria facilidade os filamentos e barbatanas, que assim lhe proporcionam incrivel rapidez em todos os seus movimentos.

Tem o chironecto a faculdade de mudar repentinamente de figura, inchando ou encolhendo, a seu belprazer, a parte inferior do corpo, que, cheia de vento, parece um balão. Goza ainda de outro predicado, tão raro entre os habitantes do mar, que se póde dizer que é um verdadeiro privilegio. Consiste em poder viver alguns dias fóra da agua. Folga até de sair d'ella de vez em quando, e com o auxilio das suas rijas barbatanas arrasta-se pelas praias, e chega a trepar por algumas rochas que mais facilmente se prestam áquelle exercicio das suas pernas improvisadas.

I. DE VILHENA BARBOSA.



Peixe lophio ou chironecto

O PRIMEIRO AMOR DE UM REI

POR JULIO DE NOMBELA

I

A ESMOLA

Nos primeiros dias do mez de setembro do anno de 1517, havia no porto da cidade de Middelburgo, na Hollanda, uma alterosa esquadra de oitenta navios, composta na maior parte de embarcações hespanholas que o cardeal Ximenez de Cisneros mandára ao herdeiro do throno de Castella, o principe D. Carlos, filho de D. Filippe o *Formoso* e de D. Joanna a *Doida*, para que, accedendo ás suas instancias e ás da nação, cujos destinos devia reger, se apressasse em deixar os seus estados de Flandres e se dirigisse á Peninsula Iberica, a qual, desejando pôr termo ás conspirações e alborotos que os nobres do reino promoviam, pedia em alto clamor a presença do neto dos reis catholicos, penhor de paz e esperança de prosperidades.

Esperavam os navios de um momento para outro a ordem de levantar ferro, e, tanto no porto junto da muralha como nas ruas da cidade, era extraordinaria a animação.

Nunca se víra na ilha de Walcheren, em cujo centro assenta a cidade de Middelburgo, esquadra tão formidavel; e a novidade do espectaculo, junto á anciedade que todos tinham de saudar o neto do imperador Maximiliano, trazia alvoroçados os pacificos middelburguezes.

Os marinheiros hespanhoes, confundidos com os

flamengos, referiam as aventuras de suas viagens nas vendas e nas estalagens, nas hospedarias e nas casas particulares, onde a curiosidade dos moradores lhes abria a porta e lhes offerecia os mais delicados vinhos e os mais saborosos manjares; e os commerciantes ambulantes aproveitavam-se da accumulação de gente, do movimento que reinava na povoação, para metter pelos olhos as vistosas ou appetitosas mercadorias, dando, juntamente com os musicos e dançantes que percorriam as ruas e as praças, um aspecto dos mais pittorescos á já pittoresca de per si capital da provincia de Zelandia.

Decorriam os dias, e, apesar d'isso, o moço principe não apparecia.

Attribuiam uns a demora ao receio que podia ter, pois sendo aquella epocha a do equinoccio, e não deixando os temporaes de pôr em risco as embarcações que sulcavam a costa, era temivel emprehender viagem tão longa através do Oceano; e outros, os que sabiam que o filho do archiduque vivia submisso á vontade do senhor de Chièvres [1], diziam que não sairia de Gand em quanto o seu preceptor se não despedisse de todos os flamengos, a quem fizera a corte, se se désse credito ás murmurações.

Cada qual contàva uma versão diversa, mas ninguem acertava com a verdade.

Talvez que os primeiros discorressem melhor, porque os temporaes succediam-se, e a todas as horas chegavam aos portos do Oceano noticias de desastres occorridos no alto mar; porém, como quer que fosse, a anciedade dos middelburguezes durou pouco, pois em certa manhã proxima, meiado setembro, os sinos da cidade annunciaram com os seus repiques um acontecimento extraordinario, e este acontecimento comprehenderam todos para logo ser a chegada do principe D. Carlos e de sua comitiva.

O burgomestre, as demais auctoridades e alguns membros dos gremios da cidade saíram a receber o moço rei; mas, com sopresa de todos, que esperavam tel-o alguns dias a seu lado, ouviram de seus labios a noticia de que apenas se demoraria horas na cidade, porque n'aquella tarde mandaria levantar ferro á esquadra.

Esta deliberação foi julgada desacertada, porque o ceo ia-se toldando de nuvens negras, o vento rijo assobiava pelas enxarcias das embarcações ancoradas no porto, e a tempestade, ainda que longinqua, ameaçava aproximar-se.

E tanto mais desasisada a consideravam os middelburguezes, quanto era certo que elles contavam passar alguns dias entre festejos e regozijos em honra do monarcha, e viam mallograrem-se-lhes as esperanças.

Fizeram-se a D. Carlos algumas observações para que desistisse do seu proposito e suspendesse a partida; mas foram inuteis rogos e manifestações. O moço rei, depois de ter duvidado acceder ás instancias do cardeal Ximenes Cisneros e dos nobres de Castella, decidíra-se a final a apresentar-se no seu reino, a coroar a fronte com o diadema de seus illustres antepassados, e nada podia dissuadil-o de levar a cabo a sua resolução.

Deu, portanto, ordem aos navios para se aprompta-rem, e, depois de breve permanencia na cidade, dirigiu-se ao porto para se embarcar e deixar para sempre o territorio onde passára os annos da infancia.

O neto de Isabel contava então dezeseis annos.

Privado da companhia de seus paes, porque a rainha D. Joanna estava, desde a morte do esposo, no convento de Tordesillas, inhabil para o governo por sua enfermidade, e porque o archiduque o deixára na edade de quatro annos e fallecêra dois depois; privado do carinho e solicitude paternaes, diziamos, vivêra, crescêra e fôra educado sob os auspicios do senhor de Chièvres, cavalheiro flamengo, que, não desconhecendo a importancia da sua missão, nem as vantagens que podiam advir-lhe para o futuro do cargo de preceptor do principe, procurára captar-lhe o affecto lisongeando-lhe os instinctos, obedecendo-lhe aos mais insignificantes caprichos, sendo, em uma palavra, em vez de mentor, amigo, mas amigo prejudicial, porque, em logar de desvial-o das inclinações para o mal, inclinações a que são tão propensas as crianças, só tratára de satisfazel-o, sem o contrariar nunca, para que esta condescendencia ganhasse a sympathia do principe.

Não tardou em adquiril-a, e chegou tempo em que o mancebo, que havia de cingir na fronte a coroa imperial, não se atrevia a dar um passo, a conceber uma idéa, a realisar um plano, sem consultar antes com o amigo, sem obedecer quasi cegamente ás ordens do que só devia executar as d'elle.

Dotado o moço principe de notavel intelligencia, chegou, comtudo, um dia em que desejou pôr-se ao corrente dos negocios que o interessavam, e em que quiz proceder independente de alheia vontade; e então o bondoso preceptor, receando desgostal-o, empregou a astucia para continuar a dominar-lhe a alma.

Não deixaremos de referir o estado dos negocios politicos da Europa n'aquella epocha; nem deixaremos de mostrar a situação de Castella e de Flandres no momento em que o herdeiro dos reis catholicos ia tomar posse da sua herança; mas por agora limitar-nos-hemos a dar conta da sua viagem, e permittam-nos que offereçamos ao leitor o retrato do nosso protagonista, quando apenas completára os dezeseis annos.

Os que o vissem, acompanhado de sua irmã D. Leonor; de seu mestre e confidente, o senhor de Chièvres; do antigo embaixador de Castella junto do imperador Maximiliano, D. João Manuel; dos altos dignatarios flamengos, que iam com elle deixar a mãe patria para encontrar n'outro paiz a satisfação de sua cubiça e de suas ambições illegitimas; os que o vissem, repetimos, avançar com desembaraço, mas nobremente, pelo pé da muralha que dominava o porto, sentiriam ao mesmo tempo receio e esperança.

Havia no seu rosto infantil o que quer que fosse que indicava o futuro que a Providencia lhe reservára; mas a solidão em que vivêra até alli, a sujeição a que o acostumára o mestre, e o seu caracter primitivo, faziam-n'o subitamente apparecer como um ente vulgar.

A estatura do principe era regular, e o rosto oval. Como gozava pouca saude; a pallidez das faces revelava-o; tinha o labio inferior caído. Nada annunciava n'elle ainda o audacioso guerreiro que annos depois havia de maravilhar a Europa com os seus feitos.

Seguido de sua comitiva atravessou algumas ruas da cidade, e proximo da muralha deteve-lhe o passo uma mulher andrajosa, que levava nos braços uma menina de poucos mezes.

Carlos tinha bom coração e compadeceu-se d'aquella infeliz, que, chegando-se ao principe e apresentando-lhe a filhinha, implorou-lhe uma esmola, porque a infeliz morria de fome.

Commovido, metteu a mão na escarcella para procurar algumas moedas e dar esmola á mendiga: notando, porém, que não levava um unico soldo, tirou da mão direita um annel, e, dando-o á pobre, disse-lhe:

— Tome, boa mulher; venda este annel, e ore alguma vez pelo rei de Hespanha Carlos I.

Este episodio, que se passou com a maior rapidez, e do qual apenas tiveram conhecimento os que se-

[1] Guilherme de Croy, senhor de Chièvres, oriundo de uma casa da Picardia, nasceu em 1458, e morreu em 1521. Serviu nas guerras da Italia nos reinados de Carlos VIII e Luiz XII; sendo nomeado, em 1506, governador do Hainaut austriaco pelo archiduque Filippe, passou depois, na qualidade de tutor e preceptor, para junto do moço Carlos de Austria (Carlos V). Tinha grande preponderancia no animo d'este principe. — *A.*

guiam de perto o principe, demorou só breves instantes a comitiva, que proseguiu o seu caminho até chegar ao caes.

Os navios collocados em linha içaram as respectivas bandeiras e flammulas. Um quarto de hora depois, D. Carlos e as pessoas de sua comitiva estavam a bordo.

D. Leonor separou-se de seu irmão. Cada qual entrou em navio differente. O principe, acompanhado do sr. de Chièvres e de outros nobres dos mais chegados á sua augusta pessoa, embarcou-se em o navio almirante, e as oitenta embarcações, levantando ferro e salvando á terra ao mesmo tempo, desferiram as vélas para sulcar as aguas do Oceano.

Os habitantes de Middelburgo saudavam os marinheiros, e uma pobre mulher, ajoelhando na praia com uma menina nos braços, e beijando um annel, exclamava:

— Deus guie o rei de Hespanha e alimente no seu coração os bons sentimentos.

Os baixeis perderam-se de vista, e tudo voltou ao antigo estado na antiga e nobre cidade de Middelburgo.

(Continúa) B. A.

OS GENIOS DA ASTRONOMIA MODERNA

KEPLER

(Vid. pag. 97)

II

Era, pois, no seculo XV. A astronomia, assim como todas as sciencias, longe de caminhar, estava chumbada ás theorias de Ptolomeu, que mal a deixavam respirar nos seus enredados liames.

Nasceu então Copernico, o Messias da astronomia moderna, o semi-deus que desfez com os raios do genio as trevas que cercavam a verdade.

E de feito, a astronomia era então um cháos, em que todos andavam ás cegas, amontoando theorias sobre theorias, dislates sobre dislates — acervos de erros que tornavam maior a confusão.

De que provinha, porém, o cháos? Qual a causa que extinguíra de vez a centelha luminosa que alluminára os primeiros philosophos gregos? Quaes os impios que derruiram o tabernaculo aonde a verdade era adorada? Quaes os barbaros que profanaram os vasos sagrados, e macularam o altar erguido a tanto custo pelos genios que ennobreceram a humanidade? Qual o Omar que queimou o peculio ganhado, e arrojou para longe as cinzas ao vento da ignorancia?

Rastreêmos em poucas palavras o caminhar da astronomia, d'essa sciencia entre todas a mais nobre e senhoril, porque alvidra a sua fidalguia não só do objecto de que trata e da antiguidade a que remonta, senão tambem dos grandes genios que a tem cultivado.

A astronomia, á similhança de todas as outras sciencias, principiou na contemplação.

O primeiro homem que viu a luz do sol e ergueu os olhos para a abobada celeste foi o primeiro astronomo.

Succedeu, porém, na astronomia o que aconteceu no estudo das transformações da materia, e assim como ao par da chimica nasceu e cresceu a alchimia, assim tambem ao lado da astronomia gerou-se e creou-se a astrologia.

É de si tão fraco o entendimento humano quando se abalança a discriminar os multiplices phenomenos naturaes, que verga esmagado com tantos esplendores, refoge timido da realidade para se lançar no sonho. Ás pompas da natureza substitue as pompas da imaginação, e, por fugir da verdade que o cega e offusca, aninha-se no vacuo do erro, que povôa a seu talante, de creações hibridas e seres mysteriosos. Assim fabularam os antigos por esses mundos que sulcam a amplidão; assim tomou cada vez maior pujança a astrologia e o estudo das influencias ethéreas sobre os homens; assim se creou uma sciencia fallaz e mentida, cujo fundamento era a negação da verdade e a ignorancia profundissima dos phenomenos naturaes.

Mas deixemos o sonho e o erro, e sigamos a verdade no seu peregrinar pelos seculos.

Determinar ao certo o como e o quando começaram as primeiras observações astronomicas, é summamente difficil e acaso impossivel. Seriam os hindous os primeiros astronomos? Seriam antes os egypcios ou os cophtas? Diz-nos a lenda de *Osiris*, primeiro conquistador de que reza a historia, que fôra elle quem estabelecêra a semana, ou hebdoma, e bem assim o anno de treze mezes ou cincoenta e duas semanas, e tendo invadido, á frente das suas hostes, os hindous, ensinára-lhes estas noções astronomicas, que ainda hoje vigoram, apesar do invento do anno sideral, feito pelo seu mais antigo legislador e guerreiro Manú [1].

Quer fosse, porém, o Egypto o berço da astronomia; quer a antiga Scythia, como é opinião de alguns sabios; quer a China, ou a India, ou a Chaldéa, é fóra de toda a dúvida que este ramo dos conhecimentos humanos remonta ás edades primitivas.

Bafejada pelas auras do oriente; cultivada pelos povos pastores, cuja imaginação poetica seguíra os astros no seu transito celeste; adorada pelos sacerdotes de religiões mysticas, que em cada facto notavel viam eloquente indicio de um ser superior, a astronomia foi crescendo e tomando corpo, e disputando primazias com as outras sciencias, até as vencer de todo.

Não é logo de espantar que nascesse quasi ao mesmo tempo em povos diversos. Todos tinham o mesmo sentir; todos se compenetravam egualmente da grandiosa harmonia da natureza; a todos instavam identicas necessidades; e tão pequenas eram as distancias que separavam os povos oriundos do mesmo berço, tão recentes ainda as relações de commum parentesco, que os descobrimentos de uns espalhavam-se em proveito do resto.

Convem ainda accrescentar que o espirito humano obedecia ás mesmas leis de indagação e pesquiza. Nos afortunados plainos aonde a familia humana surgiu á luz do sol para depois se espalhar no grande templo terrestre, n'esse berço fecundo das civilisações antigas, ficou por muito tempo acceso o sacro fogo das sciencias, o foco d'onde se reflectiam os raios de luz que alumiavam os peregrinos que se iam afastando para longes sitios. Parece que n'essas planicies tão feraces se compenetraram os primeiros habitadores da harmonia sublime e perenne que regia assim os mundos como os homens. Acreditavam elles que havia uma lei providencial, eterna, immudavel, inherente á propria substancia cosmica, que a dirigia nas suas infinitas transformações, sem nunca se desviar dos cyclos que a potencia creadora tornou necessarios.

Quem attentar n'estas idéas de sã philosophia alliada á mais sublime poesia, pasma e admira da intuição com que os primeiros observadores arrancaram tantos segredos da natureza avara, e lhe rasgaram os seios fecundos, seguindo methodos deductivos, que a sciencia moderna ha justificado, após tantos seculos de lucta e porfia contra as densas trevas que anoitaram o mundo.

Á medida, porém, que os homens se iam dilatando e povoando as terras, atravessando os mares, correndo as costas, fundando emporios, caminhava tambem a astronomia, aperfeiçoando-se successivamente.

[1] A respeito das origens legendarias da astronomia e dos cyclos chronologicos, vidè *Cosmos* de Humboldt, Biot, Rodier, *Antiquité des races humaines*, etc.

O curso dos astros que guiava os peregrinos, o kalendario que lhes permittia contar o tempo, a esphera que representava o ceo, os periodos *saricos* descobertos pelos pegureiros da Chaldéa, e a propria religião que se fundava no zodiaco, a poesia, cujas nove musas eram os nove mezes agricolas segundo uns, ou da gestação segundo outros, tudo concorria para favorecer a astronomia, que Alcêo, uma das encarnações de Hercules, trouxe á Grecia em eras muito remotas.

Passados seculos, floresceu na Ionia o grande Thales, primeiro dos sete sabios da Grecia. Para si tinha que é o movimento a vida do universo, cuja origem era uma força ignota, uma divindade invisivel. Todos os corpos tinham uma alma, e era em virtude d'ella que os phenomenos se explicavam. Thales predisse os eclipses, determinou os solsticios, e ensinou a doutrina da revolução do sol em volta da terra. Foi Thales o fundador da celebre eschola ionica, cujo systema cosmogonico se estribava em um principio unico e immudavel, elemento primordial da creação, origem de todo o universo. Pertenceram a esta eschola Pherecydes, Anaximenes, Diogenes de Apollonia e Heraclito.

Anaximandro, discipulo tambem de Thales, e seu rival, fundou um systema diverso, que foi depois seguido e ensinado por Anaxagoras. Affirmava Anaximandro que as coisas se formaram pela simultanea e complexa existencia de principios contemporaneos, cujo conjuncto constituíra o primitivo chãos. Este philosopho, um dos maiores genios da seita ionica, prégava já o pantheismo materialista, que hoje anda tanto em voga nas escholas transrhenanas. Era na sua opinião o infinito o principio de todas as coisas, inalteravel na sua essencia, constante nas suas leis primordiaes, transformando-se, comtudo, em uma serie perpetua de variações, que podiam ser de si tambem variaveis. Anaximandro prégou a variação das especies e suas mutuas transformações. Acreditava que o movimento era eterno e propriedade inherente ao chãos inicial.

Era o movimento quem determinava a congregação das substancias homogeneas e a desaggregação das materias heterogeneas. Foi assim que as edades se succederam. É assim que o principio eterno das evoluções se applica á materia universal. Na philosophia de Anaximandro encontram-se todos os principios que a hodierna philosophia scientifica proclama. Idéas que ainda hoje se consideram arrojadas e pouco orthodoxas, perfilhadas por Augusto Comte e seus discipulos; idéas que as academias engeitam como nocivas ao dogma scientifico, já eram aventadas por esse grande genio da poetica Ionia, por esse sabio ousado que se librava ás regiões altissimas para contemplar á folga o immenso labutar vital por todo o universo. Ascendia impetuoso como a aguia; olhava fito sem que a vista se lhe enturvasse, e depois, sentado á beiramar em rochedo solitario, ouvindo o murmurar queixoso das ondas, embebia-se nos mysterios da creação, abraçava os mundos n'esse devaneiar creador, assentava os primeiros fundamentos de uma philosophia altissima, adivinhava, em fim, e traçava com inspiração férvida o futuro caminhar das sciencias.

Grande, porém, como as idéas que prégava, Anaximandro incorreu em grave culpa. Dava largas á sua imaginação opulenta, mas sopeava o raciocinio e o espirito de observação.

Pouco importam systemas quando os factos mal são conhecidos. Theorias sem observações prévias podem conduzir, e conduzem quasi sempre, ao absurdo.

Assim aconteceu.

Que muito era que Pythagoras, talvez o maior genio da antiguidade, prégasse a boa doutrina, se Aristoteles, profundo erudito, atrophiou o progresso das sciencias, lançando-se afoito no vasto e enredado caminho dos systemas, n'esse oceano aonde naufragam os genios mais robustos?

Comparemos estes dois homens, cujas doutrinas andaram em lucta renhida até Kepler.

(Continúa) A. OSORIO DE VASCONCELLOS.

O TRABALHO

(EXCERPTO DE CHANNING [1])

O trabalho é uma eschola de dedicação como de justiça. O homem, para sustentar-se, deve servir os outros homens; é necessario que produza alguma coisa para o bem-estar ou para satisfação de cada um. É uma das mais sábias leis da Providencia, a que determina que o homem, para viver, é preciso que seja util. Esta utilidade, pois, deve ser um dos fins do seu trabalho como é o desejo de ganhar a vida. O operario deve pensar tanto no interesse d'aquelles para quem trabalha, como no seu proprio; e, procedendo assim, desejando, no meio dos seus labores e das suas provações, servir os outros como a si, eleva-se aos olhos de todos, e engrandece-se como se distribuisse largas esmolas. Tal sacrificio ennobrece e sanctifica as occupações mais humildes.

É singular como os operarios não pensam nunca na immensa utilidade do seu trabalho, e não procurem n'esta reflexão um agradavel lenitivo.

Aquella cidade, com os seus edificios, com os seus monumentos, com os seus mercados, com os seus passeios e com os seus innumeros estabelecimentos, foi levantada pelas mãos habeis de artistas e operarios; não deveriam elles, porventura, encontrar uma alegria sincera e profunda revendo-se na sua obra?

O pedreiro ou o carpinteiro que passa pela frente de uma casa que ergueu dos alicerces, não devia dizer para comsigo: «N'esta obra, para a qual contribui com o meu trabalho, deparam-se, todos os dias e a todas as horas, a uma familia inteira, alegrias e prazeres, e haverá talvez um refugio, um logar de reunião domestica, um abrigo de intimos affectos, ainda um seculo depois de eu ter adormecido eternamente na sepultura!»

Que satisfação não se originaria d'este generoso pensamento? Envolvendo assim as idéas de bondade com o trabalho vulgar, é que retemperaremos as forças e acostumaremos a alma.

O trabalho póde ser executado por tal modo que dê nobre impulso ao espirito. Qualquer que seja a profissão de um homem, a sua regra de proceder deve ser cumprir perfeitamente os seus deveres, e progredir sempre na arte. Em outros termos, deve dirigir-se á perfeição, não só pela utilidade que d'ahi provém á sociedade, senão tambem pelo prazer sincerissimo que o homem experimenta quando vê uma obra bem feita. Está n'isto um meio de cultura.

A idéa de perfeição enraiza-se d'este modo, e vae muito além do mister. O operario adquirirá assim o gosto de concluir tudo que encetar. Tudo que é imperfeito e descurado desagradar-lhe-ha em qualquer circunstancia. O seu ideal tomará, porém, fórmas tanto mais grandiosas, quanto mais aprimoradas forem as obras.

O trabalho é uma necessidade da vida.

[1] Channing, um dos moralistas mais eloquentes d'este seculo, nasceu a 7 de abril de 1780, em Newport (Estados-Uunidos), e falleceu em 1842. Foi pastor de uma egreja dissidente de Boston. Durante a sua existencia não deixou nunca de seguir com admiravel solicitude o fim que se propozera na mocidade, o de contribuir para o melhoramento moral e intellectual do povo. Os secretos elementos da força e influencia de Channing eram, confiando em Deus e no futuro, o seu amor profundo e sincero do proximo. Daremos opportunamente outros excerptos d'este celebre moralista.